

# ANÁLISE DE DIZERES DE MULHERES EM CONTEXTO PRISIONAL: DISCURSO E REPRODUÇÃO SOCIAL

ANÁLISIS DE LOS DISCURSOS DE MUJERES EN CONTEXTO CARCELARIO: DISCURSO Y  
REPRODUCCIÓN SOCIAL

AN ANALYSIS OF WOMEN'S DISCOURSES IN PRISON CONTEXT: DISCOURSE AND SOCIAL  
REPRODUCTION

**Luciana Iost Vinhas\***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Universidade Federal de Pelotas

**RESUMO:** O presente estudo analisa dizeres de mulheres em contexto prisional a partir da Análise de Discurso Materialista (AD) e em relação com a Teoria da Reprodução Social (TRS). Fundamentado no materialismo histórico e na crítica feminista marxista, o trabalho busca compreender os sentidos sobre trabalho reprodutivo produzidos por mulheres em situação de privação de liberdade, atentando para a forma como são reproduzidas opressões de gênero, raça e classe na formação social brasileira. Para tanto, a pesquisa analisa discursos de mulheres presas no Presídio Feminino Madre Pelletier, um extraído de uma entrevista realizada em 2013 e outro de um texto escrito durante a pandemia de 2022. É possível, com a análise, observar como o encarceramento feminino está relacionado à organização da reprodução social sob o neoliberalismo. O significante “sacola” surge como elemento discursivo central, sendo significado não apenas como a sobrevivência dentro do cárcere, mas também como a interdependência entre opressão e subjetivação no funcionamento do sistema prisional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso Materialista. Mulheres em contexto prisional. Reprodução social. Subjetivação.

---

\* Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). E-mail: lucianavinhas@gmail.com.

**RESUMEN:** El presente estudio analiza discursos de mujeres en contexto carcelario desde el enfoque del Análisis del Discurso Materialista (AD) en relación con la Teoría de la Reproducción Social (TRS). Fundamentado en el materialismo histórico y en la crítica feminista marxista, el trabajo busca comprender los sentidos sobre el trabajo reproductivo producidos por mujeres en situación de privación de libertad, prestando atención a la manera en que se reproducen las opresiones de género, raza y clase en la formación social brasileña. Para ello, la investigación analiza discursos de mujeres encarceladas en el Presidio Femenino Madre Pelletier, uno extraído de una entrevista realizada en 2013 y otro de un texto escrito durante la pandemia de 2022. A través del análisis, es posible observar cómo el encarcelamiento femenino está relacionado con la organización de la reproducción social bajo el neoliberalismo. El significante “bolsa” surge como un elemento discursivo central, siendo significado no solo como la supervivencia dentro de la prisión, sino también como la interdependencia entre opresión y subjetivación en el funcionamiento del sistema penitenciario.

**PALABRAS CLAVE:** Análisis del Discurso Materialista. Mujeres en contexto carcelario. Reproducción social. Subjetivación.

**ABSTRACT:** The present study analyzes the discourses of women in a prison context from the perspective of Materialist Discourse Analysis (MDA) in relation to Social Reproduction Theory (SRT). Grounded in historical materialism and Marxist feminist critique, the study seeks to understand the meanings of reproductive labor produced by women in situations of incarceration, paying attention to how gender, race, and class oppressions are reproduced within the Brazilian social formation. To this end, the research analyzes discourses of incarcerated women at the Madre Pelletier Women's Prison, one extracted from an interview conducted in 2013 and another from a text written during the 2022 pandemic. The analysis reveals how female incarceration is linked to the organization of social reproduction under neoliberalism. The signifier “bag” emerges as a central discursive element, signifying not only survival within prison but also the interdependence between oppression and subjectivation in the functioning of the prison system.

**KEYWORDS:** Materialist Discourse Analysis. Women in prison context. Social reproduction. Subjectivation.

## 1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

As opressões às quais as mulheres são submetidas compõem um processo histórico e ideológico com dominante, atravessando vários séculos e diferentes formações sociais. No entanto, é possível afirmar que o estudo sobre essas opressões é bastante recente, sendo ainda mais recente abordagens que coloquem em pauta diferenças no que tange à raça e à classe, dentre outras categorias que produzem divisões<sup>1</sup> entre as mulheres. No campo da pesquisa acadêmica, portanto, ainda há muito a ser feito, o que justifica a abordagem do presente estudo. Partimos do campo dos estudos da linguagem, mais especificamente da Análise de Discurso Materialista (AD), para tentar compreender opressões a mulheres quanto à forma como se (re)produzem sentidos em nossa formação social. Nossa pesquisa se restringe à situação de mulheres em situação de privação de liberdade, e, assim, objetivamos analisar dizeres de mulheres presas pela base teórica da AD em relação com a Teoria da Reprodução Social (TRS), teoria feminista marxista, tomando a reprodução social como base para compreender a forma como os dizeres produzem sentido<sup>2</sup>.

Em um momento sócio-histórico em que o capitalismo em sua versão neoliberal avança, a parcela da população que mais rapidamente sofre seus efeitos, no Brasil, é a das mulheres, especialmente das mulheres negras. Colocamos em pauta a relação entre subjetivação, lugar de enunciação e reprodução social, entendendo que o processo de constituição, formulação e circulação de sentidos é determinado pelo inconsciente e pela ideologia, e, portanto, é necessário que a interpelação ideológica aconteça para que o sentido seja produzido. Assim, sujeito e sentido se constituem mutuamente; desse modo, entendemos que a reprodução das relações de produção na formação social capitalista é efeito da eficácia da interpelação ideológica, a partir da qual os sentidos se

<sup>1</sup> Ao pensar sobre essa divisão, retomamos o título do livro de Cecília Toledo (2001) *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Conforme a discussão que será desenvolvida, entendemos que essa divisão é efeito do trabalho de relações de raça, classe, território, dentre outras, sendo a divisão e as relações de dominação entre elas necessárias para a reprodução da formação social capitalista.

<sup>2</sup> A presente reflexão está inserida no âmbito do projeto de pesquisa “Sobre a reprodução social: lugares de enunciação e processos de subjetivação na análise de dizeres de/sobre mulheres encarceradas”, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e do projeto de pesquisa “Trabalho reprodutivo e(m) discurso: dizeres de/sobre mulheres encarceradas”, em processo de cadastramento junto à Câmara de Pesquisa do Instituto de Letras da UFRGS.

estabelecem. Para que o sujeito possa se inserir no processo de reprodução das relações de produção, vendendo “livremente” sua força de trabalho, é necessário que a ideologia produza seus efeitos materializados na língua; nesse funcionamento, a reprodução da vida é, também, um processo que ocorre como se fosse naturalmente relacionado a identificações de gênero, e isso tem a ver com a forma como as palavras produzem sentidos, já que a livre aceitação de reprodução da vida pelas mulheres se dá pela circulação de sentidos reproduzidos “livremente”. É assim que pretendemos relacionar a AD à TRS, como teoria das relações sociais do sistema capitalista que não se atém somente à categoria de classe. Com isso, entendemos que a produção de sentido ocorre na sobredeterminação de identificações de classe, gênero e raça<sup>3</sup>.

Assim, além de ter o objetivo de analisar os dizeres das mulheres presas, buscamos, de forma ainda inicial, estabelecer algumas relações entre a TRS e a AD, pois compreendemos ser possível essa articulação tomando como justificativa a forma como o quadro epistemológico da AD é desenhado. Considerando que a AD se constitui pela composição entre diferentes campos do conhecimento, temos o materialismo histórico como “[...] teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (Pêcheux; Fuchs, 1997 [1975], p. 163), e, com isso, entendemos que as formações sociais e suas transformações se constituem por processos de produção/reprodução que só são possíveis pela ideologia reproduzida via processo de interpelação ideológica (Althusser, 2008)<sup>4</sup>. Entendemos que tal articulação é possível, pois, com ela, não se constitui contradição epistemológica, já que a TRS toma “O Capital” de Marx como fundamento para o desenvolvimento da compreensão sobre o papel da reprodução social na formação social capitalista. A leitura de Althusser (2015) sobre a obra de Marx conduz ao fundamento de que o “Marx marxista” (ou materialista) se constitui na referida obra, estando nela as bases para o conceito de ideologia desenvolvido por Althusser (2008)<sup>5</sup>. A AD, teoria constitutivamente relacional, como pode ser visto em seu quadro epistemológico, autoriza tais relações, sendo que não deixamos de considerar como necessária a leitura althusseriana da ideologia e da reprodução das relações de produção.

Já mencionamos que, dentre as tendências atuais desenvolvidas no campo do feminismo, tomaremos como eixo, neste trabalho, a TRS, conforme Vogel (2022 [1983]), e desenvolvida, posteriormente, por diferentes autoras. As leituras de Vogel nos permitirão tratar da relação entre o processo de produção de sentidos e a questão do gênero, atentando, especificamente, para a sobredeterminação entre gênero, raça e classe no processo de produção de sentidos. Neste artigo, estabelecemos a semântica como campo de trabalho e a abordagem discursivo-materialista da semântica como especificidade epistemológica. Entendemos que as redes de opressão que mantêm as mulheres em situação dominada em nossa formação social têm relação com configurações semânticas que se estabelecem via processo de interpelação ideológica e que ganham corpo na língua. É por isso que a nossa tomada de posição frente à forma como a língua formula sentidos advém da AD, conforme desenvolvida por Michel Pêcheux e colaboradores na França, entre os anos 1960 e 1980, e amplamente trabalhada no Brasil no momento atual.

Para atingir nosso objetivo, dividimos o texto em três partes: na primeira parte, vamos apresentar elementos referentes à TRS, delimitando suas principais questões, sem deixar de estabelecer relações com o processo de produção dos sentidos; no segundo momento, falaremos brevemente sobre a situação de privação de liberdade de mulheres no Brasil e sobre o funcionamento das prisões; finalmente, na terceira parte, analisamos dois dizeres de mulheres presas – o primeiro recorte é referente a uma entrevista realizada com uma mulher em privação de liberdade no Presídio Feminino Madre Pelletier, em 2013, ao passo que o segundo recorte

<sup>3</sup> A relação da TRS com os fundamentos althusserianos da interpelação ideológica são tomados a partir da proposta de Romé (2022), que apresenta uma produção original sobre a primazia das relações de produção pelo enfoque de relações de gênero.

<sup>4</sup> Cabe, aqui, uma ressalva. No marxismo, o termo “reprodução social” possui diferentes interpretações. Conforme Arruzza e Bhattacharya (2023, p. 623), “[...] na tradição althusseriana, a reprodução social se refere não apenas à reprodução da força de trabalho, mas à reprodução da sociedade capitalista como um todo”, incluindo o que Althusser chama de “condições de produção” para a produção e, também, os vários circuitos do capital. Em Althusser, o termo possui sentido mais amplo. Na tradição feminista do marxismo, “reprodução social” faz referência à reprodução da força de trabalho, o que, segundo as autoras, “[...] não é incompatível com a perspectiva althusseriana” (Arruzza; Bhattacharya, 2023, p. 623), mas há autoras como Johanna Brenner que preferem tratar da reprodução do sistema capitalista como um todo (conforme Althusser) como “reprodução societal”. No presente trabalho, seguiremos com a tradição althusseriana, não estabelecendo diferença entre os dois processos.

<sup>5</sup> Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, ensaio publicado no interior da obra “Sobre a reprodução”, Althusser (2008, p. 275) refere que “Tudo parecia levar Marx a formular uma teoria da ideologia. De fato, *A ideologia alemã* nos oferece realmente, após *Os manuscritos de 44*, uma teoria explícita da ideologia, mas... não é marxista [...]. Quanto a *O capital*, embora contenha um grande número de indicações para uma teoria das ideologias (a mais visível: a ideologia dos economistas vulgares), não contém essa teoria em si própria, a qual, em grande parte, depende de uma teoria da ideologia em geral”. Com base nisso, Althusser (2008) propõe que ele mesmo “corra o risco” de propor um esboço de tal teoria.

diz respeito a um texto escrito produzido por uma mulher presa na mesma penitenciária durante o período de isolamento da pandemia. Após as três seções citadas, teceremos considerações finais sobre a presente reflexão, tentando apontar caminhos na direção do fortalecimento da articulação aqui engendrada.

## 2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Ao tentarmos propor uma aproximação entre a TRS e a AD, entendemos que é importante retomar o pressuposto fundamental de que a *semântica materialista* (Haroche; Pêcheux; Henry, 2007 [1971]), concebida por Michel Pêcheux e colaboradores, se sustenta sobre o materialismo histórico como teoria das formações sociais, o que nos conduz à possibilidade de, aí, relacionar essa condição teórica à TRS, que, conforme Ferguson e McNally (2017), é a tradição identificada com o materialismo histórico-dialético e com a crítica da economia política. Podemos encontrar seus pressupostos iniciais em Vogel (2022 [1983]), e, atualmente, são aprofundados principalmente em Bhattacharya (2017). Nosso objetivo aqui é também retomar Althusser na compreensão do papel das opressões de gênero e raça na reprodução das relações de produção na formação social capitalista.

A articulação aqui proposta objetiva reconhecer o lugar do trabalho reprodutivo desenvolvido, principalmente, por mulheres na formação social brasileira como constitutivo dos processos de formação e transformação social, isto é, na forma como o materialismo histórico se presentifica na configuração epistemológica da AD (Pêcheux; Fuchs, 1997 [1975]). Considerando a leitura de Althusser (1979; 2008) sobre o conjunto da obra *O Capital*, de Marx, retomamos o materialismo histórico para compreender os efeitos do processo de produção da força de trabalho na constituição da formação social brasileira. O quadro epistemológico, composto pelo atravessamento da teoria da subjetividade de natureza psicanalítica nos três campos da linguística, do materialismo histórico e da teoria discurso, nos permite tal consideração. Assim, a reprodução da formação social é um processo em que as relações de produção se configuram de modo a produzir o efeito de separação entre produção e reprodução; além disso, tal separação provoca outras divisões que alinham classe, raça e gênero, sendo um processo cujos efeitos dependem da interpelação ideológica na posição responsável pela reprodução social. Por isso, é importante considerar os sentidos sobre trabalho, compreendendo que é pelo processo de interpelação ideológica que ele ganha seus sentidos. Nosso interesse se centra, portanto, na forma como, nessa configuração social, sentidos sobre trabalho reprodutivo são mantidos e, assim, produzem efeitos na reprodução de opressões.

O modo de produção capitalista em sua versão neoliberal, no âmbito da nossa formação social, funciona por relações de determinação e sobredeterminação de classe, de raça e de gênero, as quais se valem do trabalho reprodutivo remunerado e não-remunerado executado por diferentes mulheres e, assim, garante a sua permanência e a sua estabilização como modo de produção dominante. Tal consideração produz efeitos práticos, com a manutenção das mulheres (cis e trans) em posição subalterna, e epistemológicos, com a consideração dos processos de significação na relação entre modo de produção, formação social e relações de classe (Haroche; Pêcheux; Henry 2007 [1971]).

Nosso papel aqui é de problematizar as idiosincrasias do funcionamento das relações de gênero na formação social brasileira, em cujo território se instalou o capitalismo, derivado de dois traumas coletivos: o violento processo de colonização e o sistema de escravidão que se seguiu à colonização (Ribeiro, 1999). As relações de classe que sustentam o modo de produção capitalista são efeito de um amplo processo de exploração e de opressão que alia gênero, raça e classe; isso aponta para o processo de produção dos sentidos afetado por essas demarcações sociais, históricas e ideológicas, que constitui uma forma muito específica de relações de gênero, materialmente atravessada pelos efeitos da colonização e da escravização<sup>6</sup>.

É possível afirmar que, no Brasil, de forma geral, as mulheres negras são aquelas que sustentam nossa formação social, pois são elas que estão na base das opressões e explorações, através da realização do trabalho informal e do trabalho de reprodução da vida que lhes é atribuído, como lastro da escravização de pessoas negras. Nosso entendimento é de que as relações de gênero, no Brasil,

<sup>6</sup> Para compreendermos esse funcionamento, consideramos fundamentais os trabalhos de Helleieth Saffioti e de Lélia Gonzalez como precursoras de uma leitura marxista sobre a configuração das relações sociais genericadas e racializadas no Brasil, conforme compreendido em Rocha *et al.* (2022 [1983]). No entanto, neste texto, não teremos espaço para produzir tal reflexão.

possuem um funcionamento muito específico, discursivamente construído pelas suas configurações sociais, históricas e ideológicas<sup>7</sup>.

Assim, retomamos Ferguson e McNally (2017, p. 27) quando dizem que o compromisso do marxismo é “[...] com o materialismo, ou, para sermos mais precisos, o seu compromisso com a teoria fundamentada nas práticas humanas corporificadas, através das quais a vida sócio-material é produzida e reproduzida”. O corpo, então, é elemento fundamental do jogo simbólico-político que ancora as produções de sentidos; é a partir do corpo que podemos remeter aos conceitos de lugar de enunciação (Zoppi-Fontana, 1999) e processos de subjetivação (Pêcheux, 2009 [1975]) para compreender como as palavras produzem sentido, e como as palavras configuram os processos de determinação e sobredeterminação que garantem a eficácia da interpelação ideológica.

Cabe lembrar que a força de trabalho, elemento fundamental das forças produtivas que sustentam o modo de produção, não pode ser desatrelada de uma leitura que considere seu componente confuso, sensual, genericado, racializado e indisciplinado ao processo econômico: os seres humanos vivos (Bhattacharya, 2017, p. 19). Nesse sentido, o corpo que trabalha é significado na nossa formação social atrelado aos componentes citados por Bhattacharya (2017), o que organiza a formação social em trabalho produtivo e reprodutivo conforme a ideologia dominante. A TRS, segundo a autora, restitui o trabalho humano como categoria essencial do capitalismo, não sendo possível compreender as relações de classe desatreladas de uma divisão e organização do trabalho sócio-sexo-racializada, divisão que demanda uma certa organização do trabalho responsável por prover a subsistência no processo de reprodução da força de trabalho. Contudo, no nosso entendimento, é decisivo que essas relações sejam compreendidas como efeito do processo de interpelação ideológica na reprodução das relações de produção. O trabalho, enquanto práticas históricas pelas quais os sujeitos são constituídos em diversos modos de produção, é significado de maneira a manter o modo de produção dominante, o que pressupõe “[...] moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações ‘certas’” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 40). Tal processo não funciona desatrelado do processo de interpelação ideológica.

Desde tal configuração, tratamos sobre a situação das mulheres na formação social brasileira a partir da articulação teórica entre AD e TRS, considerando as identificações sexo-genéricas (Zoppi-Fontana; Ferrari, 2017), assim como as identificações de raça (Cestari, 2015; Modesto, 2021), como determinantes das relações entre lugares de enunciação e processos de subjetivação. Essas identificações agenciam o papel da memória discursiva, ou seja, trabalham na forma de restabelecimento dos implícitos e da naturalização dos efeitos de sentido (Pêcheux, 2007 [1985]). O corpo se coloca como elemento fundamental para compreender essas relações (Zoppi-Fontana; Cestari, 2014), como um testemunho material do lugar de enunciação, situado na constituição, na formulação e na circulação dos discursos (Orlandi, 2005), que, colocando objetos-a-ler, tais como o corpo, estabelece o litígio constitutivo do funcionamento das relações com dominante do interdiscurso, entre corpo e língua.

A TRS compreende que o trabalho reprodutivo fundamenta a formação social capitalista; podemos relacionar esse pressuposto à forma como os corpos que executam esse trabalho se relacionam aos lugares de enunciação e à interpelação ideológica, à subjetivação. Ao considerarmos o trabalho reprodutivo relacionado aos lugares de enunciação, tomamos as contradições que constituem as diferentes formações sociais. Tal configuração sobredeterminada das relações de produção produz efeitos na forma como os sentidos se constituem, são formulados e circulam. Cabe perguntar sobre a situação das mulheres na formação social brasileira, mas, mais especificamente, sobre as mulheres em situação de privação de liberdade, por essa situação poder ser considerada o extremo da formação social capitalista neoliberal. É o que tentaremos desenvolver em nossa análise.

Ferguson e McNally (2017) dizem que não é a biologia, mas os processos biológicos das mulheres que conduzem à opressão e à reprodução da classe trabalhadora. A diferença entre o trabalho para a produção de valor e o trabalho para a produção da força de trabalho constitui as diferentes formações sociais e se mantém por sobredeterminações de classe, gênero e raça. É necessário questionar essas relações dicotômicas e excludentes que constituem o “mundo semanticamente normal” e de análise dos processos que significam essas relações como óbvias e naturalizadas. Isso afeta, de forma muito específica, as mulheres negras em situação de privação de liberdade, como veremos nas análises.

<sup>7</sup> Efeitos desse processo podem ser observados na análise empreendida por Zoppi-Fontana e Cestari (2014).

Assim, atentamos para a situação das mulheres na formação social capitalista, e, para isso, nos ancoramos nos pressupostos da TRS para compreender a forma como a formação social capitalista, nos processos de contradição e sobre-determinação que lhe são constitutivos, organiza o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo de forma corporificada, não entendendo o corpo como componente biológico, mas como efeito de relações sociais, históricas e ideológicas.

Compreendemos que só é possível a reprodução das relações de produção através da forma como a ideologia atua na fixação das mulheres a esse trabalho, sendo necessário, portanto, compreender a interpelação ideológica como um processo generificado (Cestari, 2015; Zoppi-Fontana; Ferrari, 2017) e racializado (Modesto, 2021). É necessário que as mulheres se reconheçam no lugar do trabalho reprodutivo para que as relações de opressão de raça e de gênero possam ser reproduzidas em nossa formação social capitalista, sendo que, no Brasil, há uma configuração específica de sobre-determinações que produz nossa formação social.

É por isso que, no presente trabalho, de forma ainda inicial, tentando compreender como os sentidos se estabelecem em relação ao lugar da mulher na formação social, tomamos a TRS em uma articulação com a teorização de Louis Althusser referente à relação com dominância na constituição da formação social capitalista, na qual se reproduzem relações de opressão de raça e gênero e relações de exploração de classe via interpelação ideológica. A reprodução (e, também, a transformação) é possível em função do processo de interpelação ideológica, tomado como ponto decisivo para a constituição da subjetividade, a partir da qual se configuram os processos de significação (Pêcheux, 2009 [1975]). Entendemos que a relação entre lugares de enunciação e processos de subjetivação são os pontos de ancoragem teóricos para a compreensão dos efeitos do trabalho reprodutivo na produção de sentidos de/sobre as mulheres encarceradas<sup>8</sup>.

### 3 SOBRE O ENCARCERAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

É importante mencionar, ainda que muito brevemente, dados que compõem o relatório INFOPEN Mulheres (Brasil, 2017) sobre a situação das mulheres brasileiras em privação de liberdade. Segundo o relatório, o Brasil atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, representando um aumento de 656% em comparação com os dados do início dos anos 2000. O aumento da população carcerária feminina é surpreendente se comparado com os dados da população carcerária masculina, a qual cresceu 293% no mesmo período.

Além disso, segundo informação de 2022, o país atingiu a posição de 3º colocado no número de mulheres encarceradas, ultrapassando a Rússia (Mena, 2022). Os dois primeiros países em número de mulheres presas são Estados Unidos e China.

Outros dados do INFOPEN Mulheres (Brasil, 2017) que precisam ser considerados são: quase metade das mulheres encarceradas ainda não tem condenação (45%); 74% dos presídios foi projetada para o público masculino, e, mesmo assim, mulheres são neles alocadas; a população feminina recebe menos visitas do que os homens; muitos estabelecimentos penais não possuem locais adequados para gestantes e lactantes, tampouco berçários ou Unidades materno-infantis e creches. Além disso, no que concerne ao perfil das mulheres presas, há o predomínio de mulheres com idade entre 18 e 24 anos (27%), negras (62%), com ensino fundamental incompleto (45%), solteiras (62%) e com filhos (74%). O tipo penal mais comum é o tráfico (62%), acompanhado do roubo (11%) e do furto (9%).

Em nossa formação social, a reprodução diária e geracional da força de trabalho costuma ser de responsabilidade de mulheres. Como foi dito, a maioria dos crimes cometidos por mulheres envolve tráfico, roubo e furto, o que indica o envolvimento com práticas que garantam a obtenção de renda, de forma ilícita, para a reprodução da vida. É possível, dentre muitos fatores a serem considerados sobre tal aspecto, que o funcionamento do Estado neoliberal, com o aumento da repressão e falta de investimento em instituições de reprodução social (como escolas, hospitais e restaurantes populares, por exemplo), não oportunize condições necessárias para a reprodução diária e geracional de parte da população. Esse funcionamento pode ser um dos elementos que conduz mulheres à

<sup>8</sup> Cabe referir que há artigos que já realizaram aproximações iniciais entre TRS e AD: Tejada e Vinhas (2024); Vinhas (2023); Tejada, Caetano e Vinhas (2022) e Vinhas (2021).

criminalidade. Como diz Wacquant (2011, p. 9), “[...] a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a *própria causa* da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países [...]”.

Com base nisso, a seguir, trabalharemos sobre como o sentido se produz a partir da relação entre lugar de enunciação e processos de subjetivação a partir de textos produzidos por mulheres encarceradas.

#### 4 ANÁLISE

Conforme foi mencionado anteriormente, o material analisado neste trabalho diz respeito a dois dizeres produzidos por mulheres em situação de privação de liberdade. O primeiro material é referente a um recorte de uma entrevista realizada com uma detenta do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, em abril de 2013; o segundo material é um texto escrito exposto em um mural de uma exposição na Casa de Cultura Mário Quintana (centro cultural localizado no centro histórico de Porto Alegre) no ano de 2022. Começaremos nossa análise pelo primeiro material, conforme pode ser observado em (01).

(01) Recorte da entrevista realizada com mulher em situação de privação de liberdade.

INF: não não era só um pensamento de um dia que eu tava olhando pela janela... ih aí de tanto eu chegar do trabalho e ficar olhando pela janela... eu acabei... é:.... tipo assim... eu sei a rotina das pessoas do condomínio aqui do lado.

LOC: Ah...

INF: sabe...

LOC: dá pra enxergar?

INF: EH: tem umas pessoas que chegam... todo dia aí eu escrevi a respeito de uma senhora que chegava todos os dias às seis horas da tarde com uma sacola do nacional quer dizer que ela é sozinha... quer dizer que ela tem que comprar todo dia alguma coisa... então ela é uma pessoa sozinha ela não faz rancho né... e ela chega todo santo dia no mesmo horário com a sacola do mesmo supermercado... ih aí eu tava escrevendo a respeito daquilo... que a vida das pessoas passa lá fora... ih que aqui a gente fica como se tivesse enterrado vivo... tu tá assistindo TUDO... um mundo passar... mas TEU mundo é aquilo ali... não existe mundo pra TI... porque a minha vida parou no instante em que fui presa né... eu tenho lembranças da minha casa do meu carro do meu filho da minha filha... ih a vida pros outros corre né... pra gente não... parou naquele instante.

Ela ficava olhando pela janela do presídio quando chegava do trabalho. Ela trabalhava no interior da penitenciária e, através do trabalho realizado, além de receber uma remuneração (menor do que o salário mínimo), conseguia reduzir o tempo de pena. O Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, ao contrário da maioria dos presídios brasileiros, que são construídos em lugares de difícil acesso, é localizado na zona urbana de Porto Alegre, no bairro Teresópolis, sendo possível, pelas janelas das celas, observar o cotidiano da cidade.

Ao chegar do trabalho, observa a *rotina das pessoas do condomínio aqui do lado*. Seu olhar se direciona para uma senhora *que chegava todos os dias às seis horas da tarde com uma sacola do nacional*. A observação da senhora com a sacola do supermercado (cujo nome era Nacional) produz interpretações sobre a vida da senhora, sobre sua rotina, sobre algo que acontece somente fora das grades do presídio. Nessa observação, surgem as seguintes palavras sobre a senhora: *eu escrevi a respeito de uma senhora que chegava todos os dias às seis horas da tarde com uma sacola do nacional quer dizer que ela é sozinha... quer dizer que ela tem que comprar todo dia alguma coisa... então ela é uma pessoa sozinha ela não faz rancho né... e ela chega todo santo dia no mesmo horário com a sacola do mesmo supermercado*. A sacola do supermercado funciona metonimicamente com relação à vida da senhora, assim como a própria cena da senhora com a sacola do supermercado funciona metonimicamente como a vida fora da prisão, que passa, que segue, ao contrário da vida estagnada no interior do presídio: a senhora faz isso *todo santo dia no mesmo horário*. É colocando as duas vidas em relação que o sujeito-enunciador significa sua existência, por aquilo que o outro é. E, assim, relacionamos *uma senhora que chegava todos os dias às seis da tarde com uma sacola do nacional com quer dizer que ela é sozinha*. A cena que se repete cotidianamente mostra um ritual com falhas: nem todos os cidadãos (sujeitos-de-direito) estão inseridos nessa cena, a cena em que é possível ser parte dos rituais da formação social capitalista não só com a ida ao trabalho (o não dito), mas com o retorno do trabalho e a

manutenção da vida para poder seguir indo ao trabalho (chegar em casa com uma sacola de suprimentos). De onde se observa a cena, denuncia-se a falha nesse ritual da repetibilidade próprio da formação social capitalista, que envolve o momento em que o trabalhador vende a sua força de trabalho e o momento em que o trabalhador constrói os meios para regenerar a força de trabalho, pronto para vendê-la novamente no dia seguinte. O que é dito não compõe as evidências da formação social capitalista, que preconiza a venda da força de trabalho, e não considera a forma como o trabalhador se regenera para seguir vendendo-a. Trata-se de um dos não-ditos que constituem a reprodução das relações de produção do capitalismo.

Assim, a cena em que *ela chega todo santo dia no mesmo horário com a sacola do mesmo supermercado* apresenta o não dito: a significação sobre a inserção do sujeito, da senhora sozinha do condomínio ao lado, na reprodução social. *A vida que passa* é estar inserido nesse sistema não-dito, metonimicamente apresentado pelo sujeito-enunciador: *a vida das pessoas passa lá fora... ih que aqui a gente fica como se tivesse enterrado vivo*, o que poderia ser parafraseado como *as pessoas seguem trabalhando lá fora... ih aqui a gente fica como se não fosse parte desse sistema*, ou, ainda, *as pessoas seguem vivendo lá fora... ih aqui a gente fica como se estivesse morto em vida*. Mesmo trabalhando no interior da penitenciária para uma empresa de temperos, pesando e colocando os temperos nos pacotes para venda, reconhece que “a vida passar”, “a vida seguir” (com um objetivo) precisa ser referido ao que se passa *fora* da prisão. Somente *fora* é que se está nesse sistema, que consegue se deslocar da casa para o trabalho, para o supermercado e para a casa; somente *fora*, com o corpo em movimento, a vida segue. A sacola do supermercado, todos os dias, em movimento do supermercado para a casa, produz o efeito da repetibilidade *fora* da prisão, que não é a mesma repetibilidade de dentro, e nisso se constitui a diferença entre a vida que segue e estar enterrado vivo. A repetibilidade do *fora* não é a mesma repetibilidade do dentro, determinada pelo funcionamento da instituição penal. Chegamos a mais uma possibilidade de paráfrase: *as pessoas, mesmo sozinhas, podem fazer o que querem lá fora... ih aqui a gente só pode fazer o que eles mandam*.

Ao observar a senhora que chega todos os dias com a sacola do supermercado (a mesma sacola, mas sacolas diferentes, com conteúdos diferentes, todos os dias), produz-se o sentido de que a senhora precisa ir todos os dias ao supermercado, comprar poucos itens, pois somente uma pessoa sozinha precisaria ir todos os dias ao supermercado. *Uma sacola* que não é nunca a mesma sacola. *Uma sacola* é aquilo que se mantém na repetibilidade da cena, como elemento que permite interpretar que a mulher é sozinha. *Uma sacola*, todos os dias, no mesmo supermercado. *Chegar com uma sacola todos os dias* significa que *ela é uma pessoa sozinha* e que *tem que comprar todo dia alguma coisa*, já que *uma pessoa sozinha não faz rancho*. É a cena que se repete *todo santo dia*. É a cena que se repete *todo santo dia* para todos os que estão *fora*. A repetibilidade da cena produz o efeito da vida que segue, a vida que segue quando se precisa, todos os dias, ir ao supermercado para comprar itens para a manutenção da sobrevivência. A sacola funciona como aquilo que produz o efeito de que a vida segue, a vida em outra sacola – que não a *sua* sacola (jumbo), a sacola do interior do presídio, a sacola que as pessoas presas podem receber das pessoas que estão *fora*.

A solidão referida à mulher com a sacola do nacional é apresentada em diferentes momentos do recorte selecionado. Quando diz *então ela é uma pessoa sozinha ela não faz rancho né*, o que poderia ser parafraseado como *ela não faz rancho porque é sozinha; ela não faz rancho porque não tem filhos/família*. Quando estabelecemos essas relações, podemos observar que a solidão da presa e da mulher com a sacola do nacional se encontram: há, no não-dito, os efeitos da ausência dos filhos. Não fazer o rancho significa em relação à posição de mãe que, no interior da prisão, é retirada pelo Estado. O rancho metaforiza, então, a significação da mulher como mãe, que não deixa de existir mesmo quando presa.

Outro aspecto importante de ser pautado diz respeito à sequência *eu tenho lembranças da minha casa do meu carro do meu filho da minha filha*. As lembranças referidas pelo sujeito-enunciador concernem à reprodução social, espaço permeado de afetos, sendo o contraponto o trabalho produtivo. Ao dizer que olha pela janela após chegar do trabalho, não considera o trabalho produtivo (desenvolvido no interior do presídio) como espaço-tempo de vida. A vida está parada porque ela não exerce trabalho reprodutivo, relação que emerge a partir da observação da mulher com a sacola do nacional.

A mulher segue falando sobre a sacola: *a vida das pessoas passa lá fora; aqui a gente fica como se estivesse enterrado vivo; tu tá assistindo TUDO... um mundo passar... mas TEU mundo é aquilo ali... não existe mundo pra TI; minha vida parou no instante em que fui presa né; a vida pros outros corre*. Enquanto espectadora da vida dos outros, o sujeito-enunciador não tem um mundo; sua vida parou (o movimento da sacola parou) no momento em que foi enclausurada. Estar presa é *não existe mundo pra TI*, é viver em um mundo



em que se é controlado. Sabemos que os efeitos do aparelho repressivo de estado se manifestam em toda a formação social através das leis, do funcionamento do jurídico, tanto para quem está dentro quanto para quem está fora da prisão. No entanto, no caso de sujeitos em situação de privação de liberdade, tais efeitos são cotidianamente presentes, assim como a sacola que aparece *tudo santo dia* sendo carregada pela senhora do condomínio ao lado. Abrir e fechar as portas da galeria; ir para o banho de sol; vestir e comer o que oferecem; tomar café da manhã, almoçar e jantar em determinados horários; acordar cedo para a conferência diária: tudo isso faz parte de uma rotina que não condiz com a rotina de quem está *fora*. Não há, portanto, um mundo para si, o mundo não é de quem está preso, a vida não corre para quem está preso. Estar preso é não ter mundo, é ser efeito do controle do estado. Ter mundo é estar *fora*, vendendo sua força de trabalho e comprando os itens da sacola para a regeneração da própria vida.

Nos apegamos ao significante *sacola* porque é justamente o termo empregado no sistema prisional do Rio Grande do Sul para fazer referência ao conjunto de itens alimentícios e de higiene que chegam ao interior do presídio por intermédio de familiares e amigos de pessoas presas, os quais são organizados e entregues dentro de uma sacola plástica (muitas vezes uma sacola de supermercado). A entrega da sacola acontece em um dia específico da semana. Quem recebe sacola recebe itens que não são, geralmente, disponibilizados pela instituição carcerária, o que garante às pessoas presas melhores condições de sobrevivência no interior da prisão. *Sacola* é um significante importante na rede simbólica que sustenta os processos de subjetivação da pessoa presa. Desse lugar enunciativo, temos significantes que marcam os efeitos do aprisionamento e da necessidade de sobrevivência. *Sacola* se coloca como um desses significantes que demarcam o lugar enunciativo da pessoa presa, sendo seus sentidos, nas condições de produção do funcionamento carcerário, sobredeterminado pelas relações de gênero, raça e classe.

No entanto, se relacionado à cena observada, a *sacola* de dentro é diferente da *sacola* de fora. A sacola que chega na penitenciária só pode conter alimentos e materiais de higiene autorizados pela Portaria nº 160/2014 da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE), tais como sabonete, itens de higiene e limpeza (em frasco e líquido transparente), bolachas sem recheio, chá somente em folhas, dentre outros. A sacola que chega na penitenciária passa por uma revista rigorosa. Nenhuma dessas situações se reproduz no caso da sacola carregada pela senhora do condomínio ao lado (exceto a própria sacola, de supermercado, utilizada tanto fora quanto dentro da penitenciária). Mesmo portando itens necessários para a sobrevivência, uma sacola é efeito da “livre escolha” do sujeito-de-direito, que a carrega do supermercado para a sua casa com suas próprias mãos, ao passo que a outra sacola é carregada por outra pessoa e regulada pelos agentes da repressão de estado. É assim que *ter sacola* se torna determinante para as condições de sobrevivência na prisão, e, por isso, é efeito de relações sobredeterminadas, reproduzindo-se, no interior da prisão, as relações de dominação que acontecem fora dela.

Chegamos ao segundo texto aqui analisado, produzido por uma mulher em situação de privação de liberdade durante a pandemia. O texto apresenta a sacola que entra dentro da prisão, conforme poderemos observar a seguir.

(02) Texto produzido por mulher em situação de privação de liberdade durante a pandemia.

Sem sacola

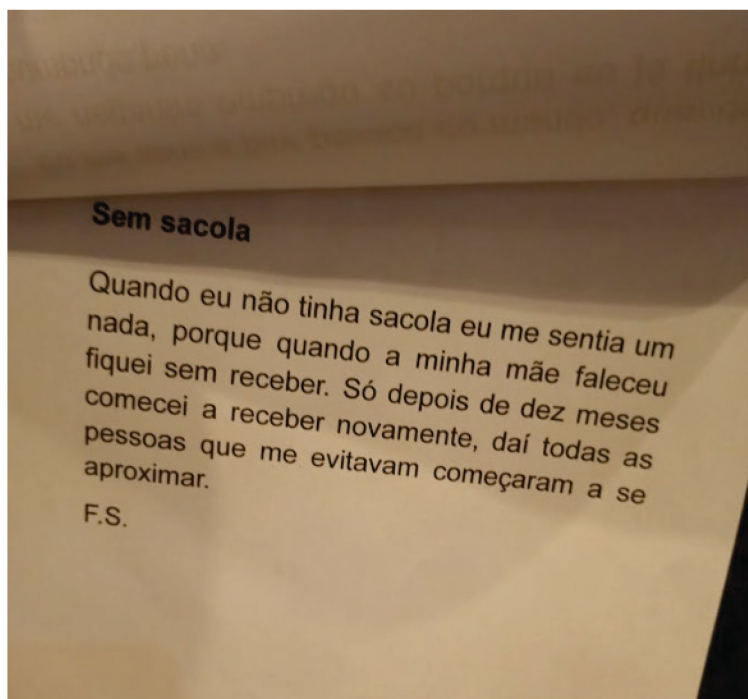
Quando eu não tinha sacola eu me sentia um nada, porque quando a minha mãe faleceu fiquei sem receber. Só depois de dez meses comecei a receber novamente, daí todas as pessoas que me evitavam começaram a se aproximar.

F.S.

O segundo texto, como foi dito, não é o recorte de uma entrevista, mas uma produção textual escrita apresentada em um mural da exposição organizada pelo Balcão da Cidadania, coletivo que trabalha junto ao Presídio Feminino Madre Pelletier. As pessoas do coletivo desenvolvem diferentes atividades com as mulheres; os produtos dessas atividades (textos, bordados, esculturas) foram selecionados e compuseram a exposição citada.

Os textos das mulheres foram transcritos e impressos em várias cópias colocadas no mural. Muitas das cópias foram organizadas em blocos e penduradas umas sobre as outras. De modo geral, são textos muito curtos nos quais as mulheres relatam dificuldades da vida no interior das prisões.

(03) Imagem do texto selecionado para análise na exposição.



Não sabemos em quais condições os textos foram produzidos nem como foi feito o pedido para que as mulheres os escrevessem. Cabe analisarmos como o texto produz sentidos e, especificamente, como o sentido está relacionado ao significante *sacola*, que também comparece nele.

Intitulado *Sem sacola*, o texto, escrito em primeira pessoa do singular, trata do momento durante o encarceramento em que a mulher ficou sem receber sacola devido à morte da mãe. A mãe, portanto, era a pessoa que a visitava na prisão e, nas visitas, levava as sacolas com os itens que a ajudavam a sobreviver no interior das celas. Somente após dez meses da morte da mãe é que passa a receber sacola novamente. Quando estava sem sacola, a mulher se sentia *um nada*. Estar sem sacola, no interior do presídio, é sentir-se *um nada*.

Assim, pensamos em uma cadeia significativa que começa com a referência à mulher presa, autora do texto, e vai se constituindo em torno de outros significantes, como *estar sem sacola* e *sentir-se um nada*. *Ser mulher presa* pode relacionar-se com a ausência da sacola, ao passo que *ser mulher presa* pode estar relacionado com a presença da sacola: de um lado, *sentir-se um nada*; de outro lado, *não se sentir um nada*, *sentir ser alguém*, *sentir ter valor*. Agregamos a essa cadeia significativa *todas as pessoas que me evitavam começaram a se aproximar* e podemos realizar as seguintes articulações significantes, através das quais o sentido se produz: (i) *ser mulher presa* – *estar sem sacola* – *sentir-se um nada* – *ser evitada*; e (ii) *ser mulher presa* – *estar com sacola* – *sentir-se alguém de valor* – *não ser evitada* – *ser procurada*. As relações de sentido estabelecidas nos permitem observar que *ser mulher presa* depende da forma como a mulher se relaciona com as pessoas de fora da prisão. Disso depende a posse de uma sacola com itens para sua sobrevivência, para a reprodução da vida, tanto para a manutenção das suas condições físicas de sobrevivência quanto para a manutenção das suas condições sociais de sobrevivência. No interior da prisão, *ter mercadorias adquiridas no exterior* funciona no jogo simbólico de relações sociais dentro da prisão, como uma reprodução das relações de produção que ocorrem em seu exterior, no âmbito da produção e da circulação. Mesmo no encarceramento, as formas materiais de manutenção do capitalismo se reproduzem, o que indica que a reprodução social, necessária para que as mulheres se mantenham vivas no interior do cárcere, funciona em relação com esse processo que estabelece hierarquias e relações de poder no funcionamento interno dos presídios, influenciando, portanto, nos processos de significação. Os sentidos sobre mulher presa se produzem nessas relações, e, portanto, os processos de subjetivação se ancoram aí para que as palavras tenham sentido. *Ser nada* é não ter sacola, sentido dependente das condições de produção do discurso, dos processos de subjetivação e do lugar de enunciação.

Ao relacionarmos as formulações em (01) e em (02), observamos não somente a *sacola* como elemento fundamental, mas, também, *um nada* e *enterrado vivo*. Estar *enterrado vivo*, em (01), está em relação com a sacola observada com a mulher que está fora da prisão,

ao passo que ser *um nada* está em relação com a falta da sacola recebida pela mãe da mulher presa, uma sacola que vem de fora da prisão. Em ambos os dizeres, temos relações de sentido que se estabelecem pelo significante *sacola*, que, no funcionamento da instituição penal, é elemento fundamental para a manutenção da vida das mulheres de forma minimamente digna. Estar sem sacola é ser *morto em vida*, ou seja, *um nada*. As relações entre essas formulações e suas paráfrases nos proporcionam compreender que os dizeres das mulheres presas reproduzem tanto relações de gênero, quanto relações de classe e de raça. A raça funciona como não-dito dessas relações, pois, apesar de não estar expressa, é presente por ser constitutiva do processo de interpelação ideológica (Modesto, 2021), e daí emerge a questão da relação com o lugar de enunciação. Podemos compreender que é pela relação entre lugar de enunciação e processos de subjetivação que isso ocorre, existindo um apagamento da racialidade nos dizeres do sujeito-enunciador em relação a si e em relação à mulher do condomínio observada pela mulher presa: entendemos que é pelo lugar de enunciação que o não-dito da racialidade se presentifica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi desenvolvido, a análise referente ao significante *sacola* relacionado a mulheres em situação de privação de liberdade em presídios brasileiros coloca em circulação sentidos referentes à reprodução social. A forma como a *sacola* é significada tem relação com a subjetivação de mulheres como responsáveis pelo trabalho de reprodução social. Tal processo discursivo é, necessariamente, vinculado a relações não somente de classe, mas, também, de raça e gênero sobredeterminadas.

Nos recortes, comparece uma dimensão de laço afetivo entre mulheres, que se identificam com o trabalho reprodutivo, o qual é significado como espaço importante de subjetivação. Mesmo sendo o trabalho reprodutivo não remunerado um mecanismo de opressão e de dominação das mulheres, há nele processos de identificação de gênero, raça e classe que não são exclusivamente alienantes. A dimensão do cuidado produz sentido, e o sujeito que realiza o trabalho reprodutivo não está somente reproduzindo a força de trabalho, mas está construindo laço social entre sujeitos, ou seja, sujeito não pode ser considerado o mesmo que força de trabalho.

Assim, no que concerne às questões teóricas, sabe-se que a AD se constitui sobre um tripé epistemológico que articula linguística, psicanálise e materialismo histórico (Pêcheux; Fuchs, 1997 [1975]). Quanto ao materialismo histórico, entendemos a importância de se pensar sobre o trabalho reprodutivo, considerando que o capitalismo, ou seja, a estruturação da formação social na produção de mercadorias, é dependente desse trabalho, que produz a mercadoria mais valiosa da formação social capitalista: o trabalhador. O trabalho reprodutivo é, no Brasil, prioritariamente executado por mulheres, tanto de forma remunerada quanto não remunerada. Com a TRS, podem ser produzidos efeitos na compreensão sobre como a produção dos sentidos ocorre. A justificativa teórica se sustenta no argumento de que se trata de uma articulação inédita e necessária, tanto para a compreensão das relações de trabalho na formação social capitalista quanto, principalmente, para a configuração epistemológica da AD.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Contradição e sobredeterminação. In: ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 75-113.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- ALTHUSSER, L. Marxismo e humanismo. In: ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015. p. 183-202.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. Tradução de Camila Carduz Rocha e Clara Saraiva. *Contemporânea*, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 619-651, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1258>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- BHATTACHARYA, T. (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres*. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: [https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18-1.pdf](https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf). Acesso em: 19 jun. 2025.
- CESTARI, M. J. Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às yabás. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/963234>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de Maíra Silva. *Revista Outubro*, n. 29, p. 23-59, nov. de 2017. Disponível em: [https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02\\_McNally-e-Ferguson\\_2017.pdf](https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf). Acesso em: 17 jun. 2025.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007 [1971]. p. 13-32.
- MENA, F. Brasil passa a Rússia e vira 3º país com mais mulheres presas no mundo. *Folha de S. Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/10/brasil-passa-a-russia-e-vira-3o-pais-com-mais-mulheres-presas-no-mundo.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. *Revista da ABRALIN*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007 [1985]. p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997 [1975]. p. 163-252.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

RIBEIRO, R. J. A dor e a injustiça. In: COSTA, J. F. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 7-12.

ROCHA, C. et al. Apresentação das tradutoras. In: VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução de Camila Rocha et al. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983]. p. 11-54.

ROMÉ, N. La manzana de la discordia. Hacia um feminismo transindividual. In: ROMÉ, N. (org.). *Notas materialistas*. Para um feminismo transindividual. Santiago de Chile: Doble Ciencia, 2022. p. 51-100.

TEJADA, B. V.; CAETANO, V. B. L.; VINHAS, L. I. Eso que llaman amor: trabalho, arte e resistência no espaço urbano. *Revista Rua*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 107-124, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/107-124>. Acesso em: 19 jun. 2025.

TEJADA, B. V.; VINHAS, L. I. Sentidos de trabalho reprodutivo: mães na pandemia e o funcionamento do pré-construído. *Investigações*, v. 37, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/264411/48457>. Acesso em: 22 ago. 2025.

VINHAS, L. I. E se fosse ao contrário? Se o gênero nos une, a classe e a raça nos dividem. In: SILVA, D. S.; SILVA, C. S. (org.) *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. v. 1. São Carlos: Pedro & João, 2021. p. 141-164.

VINHAS, L. I. Mulheres e trabalho na formação social brasileira: imagens em discurso. *Revista Leitura*, Alagoas, v. 1, n. 76, p. 63-78, 2023. DOI: 10.28998/2317-9945.202376.63-78. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14297>. Acesso em: 12 mar. 2025.

VOGEL, L. *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução de Camila Rocha et al. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983].

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura*, Maceió, n. 23, p. 15-24, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7592>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; FERRARI, A. J. Apresentação: uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI-FONTANA, M.; FERRARI, A. J. (org.). *Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia*. v. 1. Campinas: Pontes, 2017. p. 7-19.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; CESTARI, M. J. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. *Revista Rua*, Campinas, v. 20, 2014 . p. 167-186. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638265>. Acesso em: 19 jun. 2025.



Recebido em 13/03/2025. Aceito em 11/05/2025.

Publicado em 02/09/2025.